

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 7ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	229.627	1.011	230.638
Pessoal Ativo	169.892	1.011	170.903
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais despesas com Pessoal Ativo	169.892	1.011	170.903
Pessoal Inativo e Pensionistas	59.735	-	59.735
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	547	-	547
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	59.188	-	59.188
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	62.966	-	62.966
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	4.514	-	4.514
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	58.452	-	58.452
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	166.661	1.011	167.672

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			558.706.387
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,029830%	0,000181%	0,030011%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,076928%		429.802
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,073082%		408.312

FONTE: SIAFI e Divisão de Contabilidade / SAOF/ TRT 7ª Região

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executada por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 588.751,19 e despesa inscrita em Restos a Pagar não processados R\$ 93.355,81, totalizando R\$ 682.107,00 de despesa empenhada.

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa empenhada/liquidada R\$ 2.036.935,01

4) Despesa liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R\$ 263.225,13 e Despesa inscrita em Restos a Pagar não processados R\$ 3.473.827,87, totalizando R\$ 3.737.053,00 de despesa empenhada.

5) As despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000

Fortaleza, 25 de janeiro de 2012

CLÁUDIO SOARES PIRES
 Desembargador Presidente do Tribunal

FRANCISCO JOSÉ PONTES IBIAPINA
 Diretor Geral - Ordenador da Despesa

ANTONIO MANOELITO CASTELO BRANCO
 Diretor Substituto da Divisão de Orçamento e Finanças

ANA PAULA BORGES DE ARAUJO ZAUPA
 Secretária de Controle Interno